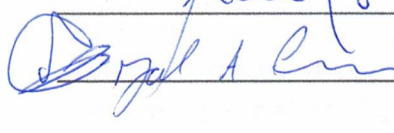
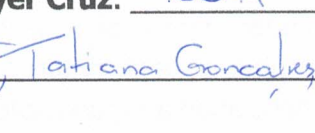


n.º 13.019/2014, e dá outras providências”, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal, às Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; de Finanças e Orçamento; e de Educação, Saúde e Assistência; e **Projeto de Lei n.º 30/2026**, que “Autoriza o Poder Executivo a efetuar o pagamento aos servidores públicos municipais dos valores correspondentes aos recursos financeiros recebidos do Hospital Alemão Oswaldo Cruz – HAOC, decorrentes da execução do Projeto ‘Fortalecimento das ações de vigilância em saúde e ambiente para o enfrentamento de doenças tropicais negligenciadas (DTN) – PROADI-SUS’, e dá outras providências”, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal, às Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; de Finanças e Orçamento; e de Obras e Serviços Públicos. Nada mais havendo a tratar, o **Presidente** declarou encerrada a sessão e convocou os vereadores para a 81.ª (octogésima primeira) Sessão Ordinária a ser realizada no dia 31 (trinta e um) de agosto de 2026, segunda-feira, às 19h. Eu, _____, Secretária Geral, **Gleds da Fonseca**, mandei lavrar esta ata que será assinada após a sua aprovação.

Presidente Renato Mayer Cruz.

Ata da 81.ª (octogésima primeira) Sessão Ordinária, da 2.ª (segunda) Sessão Legislativa da 20.ª (vigésima) Legislatura da Câmara Municipal de São João Batista do Glória-MG. A sessão teve início às 19h (dezenove horas) do dia 31 (trinta e um) de agosto de 2026, sob a presidência do vereador Renato Mayer Cruz. O Presidente da Casa solicitou a esta Secretária a chamada nominal dos vereadores, tendo comparecido os seguintes *edís*: **Alexandre Maciel, Cresio Costa, Danilo José Soares Marques, Gleds da Fonseca, Henrique Augusto Corrêa Rezende, Joel Alves Pereira, Renato Mayer Cruz e Tatiana Cristina de Andrade Gonçalves.** Em seguida, o **Presidente** justificou a ausência da **vereadora Brenda Garcia de Souza Silva**, que, por motivo de saúde, não pôde comparecer à presente sessão, desejando-lhe pronta recuperação. Verificado o número legal de presenças, sob a proteção de Deus e em nome do povo gloriense, o **Presidente** declarou aberta a sessão. Na sequência a ata da sessão anterior foi deliberada e aprovada por unanimidade. Prosseguindo, o **Presidente** solicitou a esta **Secretária** a leitura do expediente do dia, que constou o seguinte. **Expediente:** 1 – Discussão e votação da ata da 80.ª (octogésima) Sessão Ordinária, realizada em 24 de agosto de 2026. **Expedientes oriundos do Chefe do Poder Executivo:** 1 – Ofício n.º 209/2026, encaminhando para apreciação, em regime de extrema urgência, o Projeto de Lei n.º 31/2026, que “Dispõe sobre a 7ª Alteração do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal da Serra da Canastra, Alto São Francisco e Médio Rio Grande – CICANASTRA e autoriza alteração do Estatuto para modificar o prazo de Mandato do Presidente do Consórcio e dá outras providências”. 2 – Ofício n.º 211/2026, solicitando a prorrogação, por mais 15 (quinze) dias, do prazo para apresentação das respostas aos Requerimentos n.ºs 36, 37 e 38/2026, referentes, respectivamente, à contratação para fornecimento de pipoca e algodão-doce; de autoria da Vereadora Gleds da Fonseca; à qualidade das carnes fornecidas aos setores da Administração Municipal, de autoria conjunta dos vereadores; e à concessão dos adicionais de insalubridade e periculosidade

A Ordem por princípio

aos servidores ocupantes de cargos comissionados, de autoria da Vereadora Tatiana Cristina de Andrade Gonçalves. 3 – Ofício n.º 212/2026, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 31/2026, de autoria da Vereadora Gleds da Fonseca. 4 – Ofício n.º 213/2026, encaminhando resposta ao Ofício n.º 269/2026, de autoria da Vereadora Tatiana Cristina de Andrade Gonçalves. **Expedientes oriundos diversos:** 1 – Solicitação encaminhada pela Associação de Valorização das Normas Técnicas de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região de Taboas, Palmeiras, Ruinhas e Adjacências – AVANTE, visando à destinação de recursos de emenda impositiva para a aquisição de uma grade aradora, no valor estimado de R\$ 35.000,00. 2 – Ofício n.º 046/2026, encaminhado pelo Juízo da 10.ª Zona Eleitoral de Alpinópolis/MG, requisitando o Plenário da Câmara e alimentação para a realização de treinamento no dia 4 de setembro de 2026. 3 – Ofício n.º 080/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde, em resposta ao Ofício n.º 276/2026, de autoria das Comissões Permanentes de Legislação, Justiça e Redação Final; de Finanças e Orçamento; de Obras e Serviços Públicos; e de Educação, Saúde e Assistência. 4 – Denúncias recebidas por e-mail, relativas a possíveis irregularidades no âmbito do SAAE, envolvendo o pagamento de funções gratificadas relacionadas às contratações públicas e a designação de servidor como Diretor Adjunto por meio da Portaria n.º 18/2026, inclusive quanto à substituição do Secretário Executivo e ao exercício de atividades administrativas, financeiras e contábeis. 5 – Inscrição para Uso da Tribuna em Sessão, realizada após o fechamento da Pauta, pelo Secretário Municipal de Infraestrutura, Sr. Welington Aparecido dos Reis, com o objetivo de abordar o seguinte assunto: Coleta de Lixo. **Expedientes apresentados pelos vereadores:** 1 – Requerimento n.º 40/2026, de autoria da Vereadora Tatiana Cristina de Andrade Gonçalves, solicitando, após ouvido o Plenário, informações do Executivo Municipal sobre as providências para o recapeamento do trecho localizado aos fundos do Centro Esportivo Geraldo Rodrigues Ferreira, entre os imóveis n.º 410 e 458 da Rua Lico Martins, bem como para a retirada dos tocos e das raízes das árvores cortadas e a recuperação do calçamento danificado. 2 – Requerimento n.º 41/2026, de autoria da Vereadora Tatiana Cristina de Andrade Gonçalves, solicitando, após ouvido o Plenário, que o Executivo Municipal, informações do Executivo Municipal sobre a possibilidade de aquisição e instalação de equipamento recreativo com saída de água, do tipo cogumelo aquático ou similar, na piscina infantil do Centro Esportivo Geraldo Rodrigues Ferreira. 3 – Requerimento n.º 42/2026, de autoria da Vereadora Tatiana Cristina de Andrade Gonçalves, solicitando, após ouvido o Plenário, informações e documentos do Executivo Municipal referentes à contratação do responsável pela elaboração e atualização do LTCAT e dos demais documentos relacionados à saúde e à segurança dos servidores municipais, incluindo o contrato vigente, os laudos produzidos, a periodicidade das avaliações e a relação das visitas realizadas nos locais de trabalho. 4 – Requerimento n.º 43/2026, de autoria do Presidente desta Casa Legislativa, Vereador Renato Mayer Cruz, solicitando, após ouvido o Plenário, informações e documentos do Executivo Municipal para verificar a existência de fundamento legal para a função gratificada de Diretor Adjunto do SAAE, para a designação realizada pela Portaria n.º 18/2026 e para a substituição do Secretário Executivo, bem como esclarecimentos sobre a composição da Comissão de Contratação

e a aplicação das Leis Complementares n.º 98/2023 e n.º 108/2025 ao SAAE. 5 – Requerimento n.º 44/2026, de autoria do Presidente desta Casa Legislativa, Vereador Renato Mayer Cruz, solicitando, após ouvido o Plenário, informações e documentos do SAAE para verificar a regularidade da designação e dos atos praticados pelo Diretor Adjunto, os valores pagos em razão da Portaria n.º 18/2026, a designação e a atuação dos servidores que exercem funções gratificadas nas contratações públicas, bem como a responsabilidade pelas atividades contábeis e financeiras da autarquia e os respectivos custos. Não houve orador inscrito para falar no **Pequeno Expediente**. Dando continuidade, o **Presidente** declarou aberto o **Grande Expediente** e usaram a palavra os seguintes vereadores. O primeiro orador, **Vereador Cresio**, cumprimentou o Senhor Presidente, os demais Vereadores, o público presente e aqueles que acompanhavam a sessão pelas redes sociais. Inicialmente, informou que apresentaria para apreciação da Casa Legislativa projeto de lei de sua autoria destinado a complementar legislação já existente referente ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, especificamente quanto à isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU para pessoas acometidas por câncer. Esclareceu que a legislação vigente previa a isenção do IPTU, porém, em sua avaliação, apresentava-se de forma vaga ao manter a cobrança de determinadas taxas vinculadas ao imóvel. Nesse sentido, explicou que a proposição de sua autoria teria por finalidade complementar a legislação existente, de modo a assegurar a isenção integral não apenas do IPTU, mas também das taxas incidentes, incluindo taxa de expediente, taxas relativas à limpeza pública e demais encargos dessa natureza, conferindo maior amplitude e clareza ao benefício concedido às pessoas portadoras de câncer. Ressaltou que, caso aprovado pela Câmara, o projeto tornaria a legislação mais completa e garantiria a isenção de todos os encargos mencionados. Na sequência, o Vereador Cresio informou que também apresentaria suas emendas impositivas para o exercício de 2027, indicando as entidades e os respectivos valores que pretendia destinar. Comunicou que seriam destinados R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) à Associação Amor Jardim Planalto; R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) à Rádio Colina; R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) ao Hospital do Câncer; R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) ao CATA; R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) ao Lar São Vicente; e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) à instituição Avante. Prosseguindo, esclareceu que a outra metade dos recursos destinados por meio das emendas impositivas seria direcionada à área da saúde, especificamente para o projeto relacionado à realização de mamoplastias, iniciativa que, segundo relatou, vinha sendo desenvolvida em conjunto com a Vereadora Gleds e já se encontrava em andamento havia aproximadamente um ano. Destacou que a destinação dos recursos teria por objetivo contribuir para a continuidade e concretização do referido projeto. Ao final, o Vereador Cresio encerrou sua manifestação. Em seguida, o **Vereador Danilo**, segundo orador, cumprimentou o Senhor Presidente, os demais Vereadores, a população presente e aqueles que acompanhavam os trabalhos pelas redes sociais. Inicialmente, informou que havia participado, naquela data, de reunião na Secretaria Municipal de Saúde com a Secretária Silvania, na qual foi discutida a viabilidade de implantação de sistema informatizado para o agendamento de consultas e cirurgias por meio de aplicativo. Esclareceu que a ferramenta teria caráter complementar ao atendimento presencial, que deveria ser mantido em razão das pessoas que não possuíam familiaridade com recursos tecnológicos. Destacou que a iniciativa correspondia a uma

de suas propostas de campanha e ressaltou os benefícios que a utilização da tecnologia poderia proporcionar, especialmente pela possibilidade de facilitar o acesso aos serviços de saúde e reduzir a necessidade de deslocamentos da população entre diferentes setores para consultas, autorizações e exames. Acrescentou que o sistema também contribuiria para diminuir a demanda presencial na Secretaria Municipal de Saúde, sem restringir o atendimento atualmente oferecido. O Vereador Danilo relatou que vinha analisando sistemas utilizados em outros municípios, mencionando São Sebastião do Paraíso, onde, segundo informou, a ferramenta já se encontrava em funcionamento. Entretanto, afirmou que pretendia conhecer também a experiência de um município do interior do Estado de São Paulo, com aproximadamente vinte e dois mil habitantes, por apresentar realidade populacional semelhante à de São João Batista do Glória. Explicou que a escolha deveria considerar não apenas a modernidade do aplicativo, mas sua adequação à estrutura e às necessidades locais. Informou que seria agendada visita técnica ao referido município, colocando-se a empresa responsável pelo sistema à disposição para apresentar seu funcionamento. Convidou os demais Vereadores a acompanhá-lo, a fim de conhecerem o processo de agendamento e a integração da ferramenta com a Secretaria Municipal de Saúde. Manifestou otimismo quanto à implantação do sistema e afirmou que buscaria conferir celeridade à iniciativa, inclusive mediante utilização de recursos de sua emenda impositiva destinada à saúde. Ao final, registrou sua expectativa de contar com o apoio do Prefeito e da Secretária Municipal de Saúde para viabilizar a proposta. Na sequência, abordou os problemas registrados na limpeza pública durante o final de semana, que haviam gerado manifestações nas redes sociais. Ressaltou que, além das falhas pontuais, considerava necessária maior comunicação da Administração com a população, mediante esclarecimentos sobre as causas dos problemas e as providências destinadas à sua solução. Nesse sentido, apresentou ofício verbal à Prefeitura Municipal de São João Batista do Glória, solicitando a aquisição, com a maior brevidade possível, de novos equipamentos para a limpeza pública, especialmente caminhões e, se necessário, um trator para auxiliar nos locais mais críticos. Destacou que tais equipamentos deveriam servir de apoio aos servidores, sem substituir a mão de obra dos garis. Defendeu, ainda, a reorganização e valorização do quadro funcional, com remuneração adequada e condições materiais compatíveis com as atividades desempenhadas. Relatou que, segundo informações e imagens recebidas, não teria havido coleta de lixo em determinados locais no sábado e que, naquela data, também não teria sido realizada a varrição em algumas áreas do Jardim das Acácias. Ressaltou, contudo, que não se tratava de problema generalizado em toda a cidade, mas de ocorrências pontuais que deveriam ser identificadas e solucionadas pela Administração. O Vereador Danilo também destacou que eventuais falhas individuais não deveriam resultar na generalização de críticas a todos os servidores da limpeza pública. Recordou que alguns profissionais já haviam comparecido à Câmara para apresentar suas reivindicações e demonstrar as dificuldades enfrentadas no exercício das funções. Nesse contexto, incentivou os próprios servidores a comunicar situações de descumprimento das atribuições, para que os responsáveis pudessem ser identificados e as providências necessárias adotadas. Ressaltou que a melhoria dos serviços dependeria da atuação conjunta entre Poder Executivo, Câmara Municipal,

departamentos responsáveis e servidores. Afirmou que os Vereadores permaneceriam disponíveis para receber reclamações e informações da população e encaminhá-las aos setores competentes, enfatizando que não poderia permanecer inerte diante de eventual irregularidade de que tivesse conhecimento. Reforçou, assim, a necessidade de que as demandas apresentadas fossem acompanhadas de providências efetivas, evitando-se a permanência de problemas já conhecidos. Ao final, desejou uma boa semana à comunidade e agradeceu. O **Presidente Renato** reforçou a manifestação do Vereador Danilo acerca da limpeza pública e relatou que, na semana anterior, durante a Tribuna Popular, havia sido apresentada reclamação relacionada à varrição de determinada região do Município, sem identificação nominal do servidor. Informou que havia comparecido ao local e conversado com diversos moradores para verificar a situação. Segundo relatou, a maioria dos moradores consultados afirmou não haver problemas quanto à atuação do gari responsável pela região, mencionando especificamente as ruas Doutor Freitas e Recife. Esclareceu que, conforme as informações obtidas, o servidor realizava a varrição diariamente e de forma satisfatória. Observou que a presença eventual de lixo nas vias poderia decorrer de fatores externos, como ventos e o acúmulo de entulho e restos de materiais de construção nas proximidades, não significando necessariamente falha na execução do serviço. **Vereador Danilo**, retomando a palavra, acrescentou que a Prefeitura também deveria fiscalizar os proprietários de lotes para evitar que terra proveniente de terrenos sem muro ou estrutura de contenção fosse levada às vias públicas. Explicou que a situação ocorria em diversos bairros e sugeriu que os proprietários adotassem medidas de contenção, inclusive com a construção de muros, para impedir o deslocamento de terra para as ruas. Concluiu ressaltando que esse tipo de situação contribuía para o acúmulo de sujeira e poderia resultar em críticas indevidas aos servidores responsáveis pela limpeza. Destacou, assim, que a melhoria do serviço dependia da adoção de providências em diferentes frentes, envolvendo a Administração Municipal, os proprietários de imóveis e os próprios servidores, e agradeceu. Na sequência, esta **Secretária, Vereadora Gleds**, terceira oradora, cumprimentou os demais Vereadores, a população presente e aqueles que acompanhavam a sessão pelas redes sociais. Solicitou autorização ao Senhor Presidente para realizar sua manifestação utilizando a tribuna e, inicialmente, pediu à servidora Marília que exibisse no telão uma imagem de Giovana, criança autista que havia aniversariado no dia anterior. Na oportunidade, registrou seus cumprimentos e desejou que Deus abençoasse sua vida, manifestando votos de que a data se repetisse por muitos anos. Na sequência, solicitou a exibição de publicação realizada nas redes sociais pelo cidadão Fábio Garcia, na qual havia sido questionada a atuação dos Vereadores na fiscalização do Município. Em resposta, esta Secretária afirmou que havia Vereadores para fiscalizar, mas que, em sua avaliação, faltava ao Poder Executivo maior efetividade na execução das providências e demandas apresentadas pela Câmara. Relatou que os Vereadores percorriam os bairros, recebiam reclamações e encaminhavam solicitações à Administração, porém diversas demandas permaneciam sem solução. Ressaltou que já havia apresentado inúmeros requerimentos ao longo do mandato e solicitou à servidora Marília que providenciasse a impressão de seus requerimentos, com o objetivo de demonstrar à população a quantidade de solicitações formalizadas. Prosseguindo, solicitou a exibição de vídeo referente às condições de uma residência situada na região

A Ordem por princípio

conhecida como Boi Preto, pertencente à família de Estevão. Questionou se o imóvel apresentava condições adequadas para abrigar uma família e relatou que, segundo informações recebidas, durante a campanha eleitoral teria sido prometida pelo Prefeito a demolição da residência e a construção de uma nova moradia no local. Destacou que, na presente data – qual seja, 31 de agosto de 2026 –, o atual mandato já se aproximava de completar dois anos e que, com a proximidade do período chuvoso, a situação se tornava ainda mais preocupante, diante do risco de desabamento do imóvel. Nesse contexto, dirigiu apelo ao Prefeito Eder para que adotasse providências em relação à residência mencionada, ressaltando a necessidade de atuação preventiva para evitar que eventual desabamento pudesse colocar em risco a vida dos moradores. Recordou, ainda, situação anteriormente apresentada por ela na Câmara, envolvendo a residência de Sueli Marcelino, cuja estrutura estaria comprometida, tendo a moradora, segundo relatou, utilizado materiais retirados do posto de saúde e posteriormente descartados para tentar revestir as paredes da casa. Reiterou a necessidade de que o Poder Executivo direcionasse atenção às famílias que se encontravam em condições habitacionais precárias. Em seguida, solicitou a exibição de imagem referente a um terreno situado no bairro Rio Grande, relatando que havia recebido diversas reclamações semelhantes. Informou que havia percorrido a cidade juntamente com a Vereadora Tatiana para verificar as condições dos terrenos e afirmou ter constatado grande quantidade de imóveis em situação de abandono, com acúmulo de mato e sujeira. Afirmou que a situação vinha comprometendo o aspecto urbano e a limpeza do Município. Na sequência, apresentou imagens e vídeo relacionados à situação da limpeza de uma determinada via. Explicou que uma moradora havia encaminhado registros durante três dias consecutivos, relatando que o varredor realizava a limpeza da rua, mas, em vez de acondicionar adequadamente o material recolhido para posterior descarte, estaria colocando os resíduos no tambor utilizado pela própria moradora para acondicionar seu lixo e impedir que os animais o espalhassem. Diante disso, questionou a fiscalização realizada pelo responsável pelo setor de varrição e solicitou maior acompanhamento do serviço. Esta Secretária relatou, ainda, ter recebido manifestações de servidores da limpeza pública acerca de uma reunião realizada com o Prefeito Eder nesta data. Segundo os relatos recebidos, teria havido tratamento considerado inadequado e agressivo aos servidores durante o encontro. Mencionou, particularmente, a informação de que teria sido atribuído aos Vereadores o comportamento de incentivar a população a produzir vídeos e fotografias sobre problemas de limpeza pública para fins políticos. Em resposta, afirmou que as manifestações e fiscalizações realizadas por ela decorriam das demandas apresentadas pela população e que seu propósito seria representar os interesses dos cidadãos. Prosseguindo, criticou a atuação do Prefeito em compromissos e atividades políticas realizadas em municípios vizinhos, enquanto, segundo sua avaliação, persistiam problemas de infraestrutura e limpeza no Município. Defendeu que a prioridade da Administração deveria estar voltada às necessidades da população local, especialmente das famílias que haviam confiado nas propostas apresentadas durante a campanha eleitoral. Na sequência, voltou a abordar os problemas relacionados à coleta de lixo, relatando ter recebido inúmeras mensagens e imagens durante o final de semana. Informou que havia recebido reclamações de moradores do Jardim Planalto e

que havia entrado em contato com o Secretário de Infraestrutura Wellington, conhecido como Letinho, para verificar a previsão de coleta. Segundo relatou, a retirada havia sido inicialmente prevista para o sábado e, posteriormente, para o domingo, mas, até aproximadamente o meio-dia daquela data, o lixo ainda não havia sido recolhido. Ressaltou que também havia recebido reclamações de outros pontos do Município e mencionou que não havia ocorrido coleta em determinados locais na sexta-feira e no sábado. Esta Secretária ponderou que não considerava justo atribuir exclusivamente aos servidores responsáveis pela coleta a responsabilidade pelos problemas verificados, uma vez que o caminhão utilizado pelo Município apresentava, segundo relatou, frequentes problemas mecânicos. Nesse sentido, defendeu a aquisição de um novo caminhão para a coleta de lixo, ressaltando que já haveria recursos disponíveis nos cofres públicos para essa finalidade. Por fim, aproveitou a presença de Secretário de Infraestrutura Wellington, que faria uso da Tribuna, para solicitar informações sobre a instalação de grades e lixeiras no local do velório municipal. Relatou que havia estado no velório de sua tia naquela data e constatado que as providências anteriormente solicitadas ainda não haviam sido executadas. Solicitou, portanto, que fossem prestados esclarecimentos à Câmara e à população, especialmente quanto à previsão para instalação dos equipamentos. Ao encerrar, esta Secretária reiterou suas preocupações com as condições de limpeza urbana, infraestrutura e atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade, desejou a todos uma boa noite e uma excelente semana. Após, o **Vereador Henrique**, quarto orador, cumprimentou a todos os participantes, inicialmente, afirmou que abordaria alguns dos assuntos já tratados durante a sessão, apresentando suas considerações sobre as dificuldades enfrentadas pelo Município e sobre a necessidade de adoção de medidas concretas para solucioná-las. Manifestou preocupação com a falta de efetividade na resolução de problemas recorrentes, ressaltando que a permanência das mesmas questões ao longo do mandato lhe causava desânimo, especialmente diante da percepção de que as demandas eram discutidas reiteradamente sem que fossem apresentadas soluções definitivas. Na sequência, reportou-se à questão das lixeiras no velório municipal, mencionada anteriormente por esta Secretária, observando que a solicitação para instalação dos equipamentos já havia sido apresentada no início da gestão. Relatou que, desde então, teriam sido apresentados argumentos relacionados ao fato de o espaço ser alugado a terceiros e à responsabilidade pela instalação das lixeiras. Em sua avaliação, entretanto, tratava-se de providência simples, de baixo custo e de fácil execução, razão pela qual defendeu que o Município adquirisse e instalasse os equipamentos, considerando a quantidade de velórios realizados no local e a necessidade de oferecer melhores condições aos usuários. Prosseguindo, o Vereador Henrique abordou documentos encaminhados à Câmara Municipal denunciando irregularidades no Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE. Informou que ainda não havia conseguido analisar integralmente a documentação, mas que, em uma leitura inicial, havia identificado questões que considerava merecedoras de esclarecimento, especialmente quanto às exigências para determinados cargos e às gratificações ou remunerações atribuídas a funções relacionadas aos procedimentos administrativos e às contratações. Mencionou, especificamente, a exigência de formação superior para o responsável pela gestão do SAAE e questionou a situação do ocupante atual da função, sem afirmar, contudo, se este atendia ou não ao requisito. Também

A Ordem por princípio

mencionou valores atribuídos a funções como pregoeiro e gestor de contratos, citando, respectivamente, remunerações de aproximadamente R\$ 1.000,00 (mil reais) e R\$ 800,00 (oitocentos reais), conforme havia identificado na documentação. Argumentou que, caso houvesse servidores exercendo tais funções sem receber a respectiva gratificação ou contraprestação prevista, seria necessário avaliar a possibilidade de regularização, em vez de simplesmente retirar ou reduzir valores daqueles que já os recebiam. Defendeu, assim, que eventuais distorções fossem corrigidas de forma a garantir tratamento adequado aos servidores que efetivamente desempenhassem as atribuições correspondentes, evitando que a solução de uma situação específica resultasse em prejuízo para os demais. O Vereador Henrique advertiu que a ausência de solução para questões dessa natureza poderia fazer com que o Município encerrasse o atual mandato em situação pior do que aquela encontrada no início da gestão. Reforçou, portanto, a necessidade de que as questões administrativas fossem enfrentadas de maneira objetiva, buscando-se solucionar as situações pendentes em vez de mantê-las indefinidamente em discussão. Em seguida, retomou o tema da varrição das vias públicas, já abordado pelo Vereador Danilo e por esta Secretária. Observou que, embora a maioria dos servidores realizasse adequadamente suas atividades, haveria casos pontuais de execução insatisfatória do serviço. Ressaltou que a temática afeta à varrição era recorrente nas Sessões da Câmara Municipal e que, segundo as informações recebidas pelos Vereadores, já seriam conhecidos os casos em que o serviço não estaria sendo realizado de maneira adequada. Diante disso, questionou a atuação da supervisão responsável pelo acompanhamento dos serviços de limpeza pública, defendendo que houvesse fiscalização efetiva do trabalho realizado pelos servidores. Sugeriu, inclusive, que fossem utilizados registros fotográficos ou vídeos para documentar eventuais irregularidades, quando necessário, de modo a permitir a identificação objetiva dos problemas e a adoção das providências cabíveis. Manifestou preocupação com a possibilidade de a Câmara permanecer discutindo a mesma questão durante todo o mandato e defendeu que o problema fosse solucionado pela Administração. Na sequência, abordou novamente a situação da coleta de lixo e mencionou a presença do Secretário de Infraestrutura, Sr. Wellington, que faria uso da Tribuna posteriormente. Relatou ter ouvido a informação de que a coleta durante o final de semana não teria sido realizada em razão da ausência de um motorista e questionou se essa informação correspondia aos fatos, ressaltando que aguardaria os esclarecimentos que seriam prestados. Independentemente da confirmação da ocorrência, defendeu que a Administração deveria estabelecer mecanismos de substituição para situações emergenciais. O Vereador Henrique argumentou que qualquer atividade essencial deveria possuir um plano alternativo para situações em que o responsável principal não pudesse comparecer ao trabalho. Comparou a situação à realidade de atividades particulares, nas quais, havendo a ausência de um funcionário ou a indisponibilidade de um equipamento, deveria existir uma alternativa para evitar a paralisação do serviço. Nesse sentido, afirmou que o setor responsável pela coleta de lixo deveria contar com servidores capacitados para realizar a substituição dos motoristas e demais profissionais quando necessário. Da mesma forma, defendeu que o Município dispusesse de equipamentos de reserva para os serviços essenciais, especialmente caminhões de

coleta de lixo. Argumentou que, quando determinada atividade dependesse de apenas um veículo, eventual quebra ou indisponibilidade poderia provocar a interrupção do serviço, razão pela qual seria necessário contar com equipamento substituto. Ressaltou que essa lógica seria aplicada também em atividades privadas, nas quais a paralisação de um equipamento poderia comprometer toda a prestação do serviço. Por fim, o Vereador Henrique destacou que os problemas discutidos durante a sessão apresentavam, em sua avaliação, soluções possíveis, dependendo principalmente de organização, fiscalização, planejamento e iniciativa por parte dos responsáveis pelos respectivos setores. Lamentou que questões semelhantes continuassem sendo encaminhadas à Câmara sem solução definitiva e afirmou que, caso não fossem adotadas providências, os Vereadores continuariam sendo obrigados a tratar dos mesmos assuntos até o encerramento do mandato. Ao final, informou que não tinha outros assuntos a tratar e encerrou sua manifestação. Na sequência, o **Vereador Joel**, quinto orador, cumprimentou o Senhor Presidente, os demais Vereadores e a população que acompanhava a sessão pelas redes sociais. Inicialmente, abordou a questão da limpeza pública, destacando que havia trabalhado, entre os anos de 2009 e 2012, como responsável pelas varredoiras de rua, razão pela qual conhecia as demandas e dificuldades relacionadas ao serviço. Relatou que, quando Vereador na gestão anterior, havia apresentado ao Prefeito Celinho proposta de alteração do horário da coleta de lixo, após reuniões realizadas com os responsáveis pela reciclagem e pela coleta, medida que, em sua avaliação, havia produzido resultados positivos para o Município. Explicou que, anteriormente, o lixo era colocado nas vias públicas a partir das 6 horas da manhã, enquanto as varredoiras realizavam o serviço durante o período matutino. Em razão disso, por volta das 8 ou 9 horas, era comum que sacolas fossem rasgadas por animais ou que resíduos fossem espalhados pelas ruas. Com a alteração para a coleta no período noturno, os eventuais resíduos deixados nas vias poderiam ser recolhidos pelas varredoiras durante a manhã. Ressaltou, contudo, que a manutenção da limpeza pública também dependeria da colaboração e da conscientização dos próprios moradores. Nesse sentido, relatou situações em que moradores mantinham a frente de suas residências limpa, mas outros, aproveitando-se da ausência de pessoas no local, descartariam sacolas de lixo em terrenos vizinhos. Destacou que situações semelhantes poderiam ser observadas em diversos terrenos do Município. Mencionou, ainda, a existência de outro veículo que realizava durante o dia a coleta de folhas, galhos e outros resíduos, orientando os moradores a depositarem esses materiais adequadamente no passeio, evitando o descarte em terrenos de terceiros. Quanto ao serviço de varrição, o Vereador Joel defendeu que eventuais irregularidades fossem verificadas pelo encarregado do setor. Relatou ter conversado com o responsável, identificado como Miguel, e ressaltado a necessidade de fiscalização pessoal dos serviços, especialmente em relação aos casos em que o varredor, ao recolher os resíduos, estaria utilizando indevidamente os recipientes colocados pelos moradores para acondicionamento do lixo. Considerou que o servidor deveria utilizar o saco apropriado disponível em seu equipamento de trabalho, ensacando e acondicionando corretamente os resíduos recolhidos. O Vereador Joel ponderou, entretanto, que não seria adequado generalizar eventuais falhas de alguns servidores para todo o quadro da limpeza pública. Afirmou que a maioria dos trabalhadores desempenhava suas funções satisfatoriamente e merecia reconhecimento.

A Ordem por princípio

Destacou que, por circular por diversas cidades, recebia comentários positivos de pessoas que visitavam São João Batista do Glória, especialmente quanto à limpeza e organização do Município. Na sequência, referiu-se aos problemas ocorridos com a coleta de lixo durante o final de semana, afirmando que aquela havia sido, segundo sua percepção, a primeira vez durante a atual gestão em que recebera reclamações daquela natureza. Defendeu que os fatos fossem devidamente apurados antes de se atribuir responsabilidade ao Prefeito ou aos servidores responsáveis pelo serviço. Ressaltou que todos tinham direito ao lazer e que eventual ausência de servidor deveria ser analisada de forma objetiva, identificando-se as circunstâncias que haviam provocado a interrupção da coleta. Informou que, conforme havia tomado conhecimento, o motorista responsável pela coleta não teria comparecido ao serviço, estando o servidor Jessé realizando a coleta neste dia. Destacou que o Prefeito havia realizado reunião com os servidores responsáveis pela coleta para apurar o ocorrido e buscar providências, razão pela qual considerava necessário aguardar os esclarecimentos antes de formular conclusões. Reiterou que não pretendia defender especificamente o Prefeito ou qualquer servidor, mas posicionar-se em favor da apuração dos fatos e daquilo que considerasse correto. O Vereador Joel ressaltou, ainda, que a função dos Vereadores consistia em fiscalizar, apresentar demandas e contribuir para a busca de soluções, devendo haver respeito entre o Legislativo, o Executivo, os encarregados dos serviços e os servidores públicos. Observou que o Município havia crescido consideravelmente em relação ao período em que havia atuado na chefia das varredoiras, entre 2009 e 2012, o que naturalmente teria ampliado a demanda pelos serviços públicos. Nesse contexto, defendeu a necessidade de aquisição de um novo caminhão para a coleta de lixo, considerando o crescimento da cidade e o aumento da demanda. Mencionou também a existência de máquinas e caminhões parados no acampamento municipal em razão da falta de operadores, ressaltando a necessidade de organização e de adoção de providências para que os equipamentos pudessem ser utilizados adequadamente. Ao final, reforçou que as demandas deveriam ser levantadas e encaminhadas com responsabilidade, mediante apuração prévia dos fatos, e agradeceu. O **Presidente Renato** concordou com a necessidade de existência de um plano alternativo para a coleta de lixo, conforme anteriormente defendido pelo Vereador Henrique. Afirmou que o problema ocorrido havia sido um dos mais relevantes enfrentados até então em relação à coleta de resíduos e que deveria servir de aprendizado para evitar novas ocorrências. Relatou que, conforme informações recebidas, o Prefeito Eder havia realizado, naquela data, reunião com os servidores responsáveis pela coleta, ocasião em que teria tratado de forma mais rigorosa sobre a necessidade de regularidade na prestação do serviço. Informou que inicialmente havia sido cogitada a alteração do horário da coleta para o período da manhã, mas que o Prefeito teria optado por conversar previamente com os servidores e avaliar a situação. O Presidente Renato ressaltou que, embora o Prefeito não pudesse ser responsabilizado pela ocorrência que havia provocado a interrupção do serviço, após tomar conhecimento do problema teria buscado providências junto à equipe responsável. Destacou que o Prefeito também era diretamente cobrado pela população e que as reclamações se disseminavam rapidamente pelas redes sociais, razão pela qual todos os envolvidos deveriam colaborar para evitar a repetição da situação.

Registrou, ainda, que havia recebido diversas mensagens de moradores questionando a ausência da coleta, sem que, em sua maioria, houvesse manifestações ofensivas, mas apenas pedidos de esclarecimento sobre os motivos pelos quais o lixo não havia sido recolhido. Defendeu, portanto, que o episódio servisse para aprimorar a organização do serviço e que fosse estabelecido um sistema de substituição ou equipe de sobreaviso para eventuais ausências. O Presidente Renato destacou que os Vereadores integravam, de certa forma, o processo de gestão pública, por constituírem elo entre a população e o Poder Executivo. Ressaltou que a função parlamentar não deveria se limitar à apresentação de problemas, mas também envolver a busca de soluções e sugestões para impedir que as situações se repetissem. Na oportunidade, elogiou a atuação do Vereador Danilo, ressaltando que acompanhava seu trabalho havia longo período e que considerava positiva sua postura de apresentar, juntamente com os problemas identificados, possíveis alternativas para solucioná-los. Afirmou que a simples apresentação de reclamações seria insuficiente, sendo necessário buscar meios concretos para a resolução das demandas. O Presidente Renato reiterou que não pretendia defender o Prefeito ou qualquer categoria específica, mas contribuir para que os problemas fossem solucionados, ressaltando que todos os Vereadores recebiam reclamações da população e deveriam atuar dentro de suas possibilidades. Quanto à reunião realizada pelo Prefeito com os servidores da limpeza, observou que havia recebido informações distintas das apresentadas por esta Secretária, uma vez que duas servidoras com quem havia conversado teriam considerado a reunião produtiva, entendendo que o Prefeito havia apresentado as cobranças necessárias aos responsáveis pelo serviço. Ressaltou que, em sua avaliação, o servidor que desempenhasse corretamente suas funções não deveria se sentir atingido por cobranças dirigidas àqueles que eventualmente não estivessem cumprindo adequadamente suas atribuições. Defendeu, assim, a valorização dos servidores que realizavam seu trabalho de maneira correta e concluiu reforçando que o bom funcionamento da Administração dependeria também do comprometimento dos próprios servidores. Na oportunidade, o **Vereador Cresio**, em aparte, afirmou que já havia abordado anteriormente a necessidade de ampliação da estrutura da coleta de lixo e reiterou que continuaria tratando do assunto enquanto não fosse adquirido outro caminhão. Defendeu que a cidade fosse dividida em setores, com dois caminhões realizando a coleta simultaneamente, considerando o crescimento do Município e o surgimento de novos bairros. Explicou que a permanência das sacolas de lixo nas chamadas "bandeiras" por período prolongado favorecia que animais espalhassem os resíduos pelas ruas. Observou que os coletores, ao realizarem a coleta, recolhiam adequadamente o material que havia sido colocado nas bandeiras, não sendo razoável exigir que recolhessem posteriormente todos os resíduos que haviam sido espalhados pelas vias. Defendeu, portanto, que os bairros fossem divididos entre dois caminhões, permitindo que o lixo fosse recolhido logo após sua colocação nas vias e reduzindo o tempo de exposição às ações de animais. Acrescentou que a existência de um segundo caminhão também funcionaria como reserva em caso de pane mecânica de um dos veículos, evitando que a cidade permanecesse sem coleta. Concluiu afirmando que, em sua avaliação, a aquisição de outro caminhão constituía medida necessária para solucionar de forma definitiva os problemas relacionados à coleta. O **Presidente Renato** informou que havia ampliado o tempo destinado às manifestações em razão de

A Ordem por princípio

ter utilizado parte do tempo dos Vereadores durante os apartes. Na sequência, observou que, naquela data, havia percebido que as “bandeiras” de lixo haviam sido feitas mais tarde do que de costume, não sabendo afirmar se isso teria ocorrido em razão da reunião realizada pelo Prefeito com os servidores da coleta ou em decorrência das condições climáticas, mencionando a possibilidade de ter sido provocado pela chuva. O Presidente Renato também mencionou informação repassada pela Vereadora Tatiana, segundo a qual, em reunião com o Ministério Público, teria sido estabelecido que as bandeiras de lixo poderiam permanecer nas vias públicas pelo período máximo de quinze minutos. Ressaltou que tal orientação decorreria de norma ou recomendação do Ministério Público, e não de regra específica do Município. O **Vereador Joel**, retomando a palavra, acrescentou outra ocorrência que havia esquecido de mencionar anteriormente. Parabenizou Letinho e o servidor Jessé pela atuação rápida em uma ocorrência envolvendo fogo no bairro, relatando que havia se deslocado imediatamente ao local, constatando que Jessé já se encontrava prestando atendimento. Ressaltou que a rápida atuação do servidor havia solucionado a situação antes mesmo da necessidade de acionamento do Corpo de Bombeiros. Destacou, ainda, a importância de o caminhão permanecer preparado e, quando possível, abastecido com água, especialmente em períodos nos quais poderiam ocorrer ocorrências dessa natureza. Ao final, parabenizou novamente o servidor Jessé, destacando sua disponibilidade e prontidão para atender às demandas da comunidade, e agradeceu. Em continuidade, a **Vereadora Tatiana**, sexta oradora, cumprimentou o Senhor Presidente, os demais Vereadores, a população presente e aqueles que acompanhavam a sessão pelas redes sociais. Inicialmente, solicitou que fosse exibida no telão uma imagem referente à resposta recebida de ofício encaminhado por ela à Administração Municipal, tratando da ampliação do acesso às castrações de animais. Relatou que vinha recebendo diariamente solicitações de moradores em busca de informações sobre o procedimento, especialmente acerca de como realizar o cadastro e ingressar na fila de castração. Informou que, diante dessa demanda, havia encaminhado solicitação para que fosse disponibilizada, no portal eletrônico do Município, uma ferramenta específica para o requerimento de castração. Explicou que, por meio do endereço eletrônico oficial do Município, na área de serviços digitais, centrais de atendimento e protocolo, Secretaria de Saúde, os interessados poderiam acessar o requerimento e realizar a solicitação de forma mais simples e organizada. Destacou que a medida buscava conferir maior eficiência e agilidade ao atendimento da população e facilitar o acesso aos serviços de castração. A Vereadora Tatiana ressaltou que a Câmara vinha recebendo reiteradas reclamações acerca da quantidade de animais errantes nas vias públicas, situação que, segundo avaliou, gerava transtornos à população e também envolvia questões de saúde pública. Defendeu a continuidade das ações de castração, observando que os resultados na redução da população animal poderiam demandar vários anos e que a medida deveria ser acompanhada de campanhas de conscientização, identificação de tutores e incentivo à adoção, com o objetivo de reduzir o abandono de animais no Município. Agradeceu à Administração pelo empenho na implantação da ferramenta e relatou que havia conversado com a médica veterinária que assumira as atividades junto ao CATA e ao Município, a qual teria destacado que o novo procedimento facilitaria o trabalho,

permitindo maior organização e acesso às fichas dos animais. Informou, ainda, que, após a campanha de vacinação, as castrações seriam retomadas no CATA e que, durante o mês de setembro, haveria a presença do castramóvel para ampliar a capacidade de atendimento, tendo em vista que a fila de espera permanecia crescente. Na sequência, a Vereadora Tatiana abordou novamente a questão da qualidade da carne fornecida ao Município, assunto que já havia sido objeto de discussões anteriores na Câmara. Informou que havia recebido novas reclamações naquela data e que, após procurar o setor responsável, fora informada de que já havia parecer jurídico acerca das providências a serem adotadas em relação à empresa fornecedora. Asseverou que as cozinheiras do hospital, do sopão e das escolas poderiam permanecer tranquilas, pois a situação estaria sendo encaminhada para solução. Atribuiu a apuração do problema ao trabalho de fiscalização realizado pela Câmara e à atuação dos servidores que levavam as demandas e reclamações dos usuários aos Vereadores. Prosseguindo, tratou da questão dos servidores municipais e das alterações que vinham sendo discutidas em relação ao funcionamento da Administração. Relatou que havia participado de reunião realizada na sexta-feira e afirmou que, nos setores da educação, as medidas apresentadas haviam sido devidamente esclarecidas e compreendidas pelos servidores. Segundo expôs, os trabalhadores teriam compreendido a situação financeira do Município e a necessidade de adoção de medidas para correção de problemas acumulados ao longo dos anos. A Vereadora Tatiana afirmou que, embora os servidores reclamassem dos baixos salários e da falta de valorização profissional, seria necessário adotar medidas para possibilitar uma valorização concreta e sustentável. Defendeu que as alterações em discussão não seriam ilegais ou irresponsáveis, mas necessárias para corrigir situações que, em sua avaliação, contribuíam para a desmotivação e para a baixa remuneração dos servidores. Ressaltou que, apesar das dificuldades, os servidores continuavam desempenhando suas funções e entregando seus serviços à população. Em seguida, voltou a tratar dos problemas relacionados à coleta de lixo, assunto que considerou desgastante e que havia provocado grande repercussão ao longo do final de semana. Recordou que, na semana anterior, já havia apresentado fotografias demonstrando a necessidade de melhorias na limpeza pública e afirmou que o ocorrido durante o final de semana havia evidenciado fragilidades no planejamento do serviço. Relatou que, desde o sábado, havia tentado contato com o Prefeito e, posteriormente, com o Secretário de Infraestrutura, Wellington, buscando esclarecimentos sobre a situação. Segundo informou, em determinados locais o caminhão teria realizado a coleta muito cedo, sendo que, em sua residência, situada em um dos últimos pontos do trajeto, o veículo teria passado por volta das oito horas da manhã, quando já estaria encerrando as atividades. Acrescentou que havia recebido reclamações de moradores segundo os quais o caminhão teria passado diante das chamadas “bandeiras” de lixo sem recolhê-las. A Vereadora Tatiana discordou da justificativa de que a população teria colocado o lixo fora do horário, argumentando que as próprias equipes responsáveis pela coleta organizavam as “bandeiras” e que, naquele momento, a cidade já se encontrava com diversos pontos preparados para o recolhimento. Defendeu a necessidade de correção do procedimento, ressaltando que o Município não poderia permanecer com resíduos acumulados durante três ou quatro dias. Considerou especialmente grave a ausência de uma equipe de contingência após a interrupção da coleta no sábado, destacando que

A Ordem por princípio

não havia sido realizada a coleta no domingo e que, até aquela tarde, o problema ainda não havia sido integralmente solucionado. Afirmou que a situação demonstrava a inexistência de planejamento adequado para eventuais intercorrências e questionou se a Administração estaria preparada para enfrentar problemas semelhantes em outros serviços públicos que apresentassem situação emergencial. Na sequência, a Vereadora Tatiana retomou as discussões relacionadas ao Fórum do Lixo e às medidas anteriormente tratadas com o Ministério Público. Recordou que havia sido desenvolvido trabalho com o Professor Colares e que, em março, teria sido estabelecido o início de uma coleta seletiva mais eficiente, com a utilização de um caminhão adaptado, destinado especificamente ao recolhimento de materiais recicláveis. Explicou que a separação adequada dos resíduos seria importante para evitar a contaminação do material encaminhado à UTC, uma vez que os trabalhadores da unidade dependiam da comercialização dos recicláveis para obtenção de renda. A Vereadora Tatiana afirmou que, segundo as deliberações então realizadas, havia sido discutida a retomada da coleta no período da manhã, atendendo também ao pedido de moradores. Em sua avaliação, a transferência da coleta para o período noturno havia contribuído para a precarização do serviço, uma vez que os animais rasgavam as sacolas e espalhavam os resíduos durante a noite, inclusive para terrenos vagos e áreas verdes. Observou que, com a coleta pela manhã, os garis e os próprios moradores poderiam recolher os resíduos remanescentes após a passagem dos animais. Expôs, ainda, que uma das dificuldades apontadas pelos trabalhadores da UTC em relação à coleta matutina seria a falta de material para iniciar o processo de separação. Como alternativa, sugeriu que parte dos resíduos recolhidos fosse encaminhada inicialmente à unidade, permitindo que os trabalhadores comesçassem o processo enquanto o caminhão prosseguiria com a coleta nos demais setores da cidade, retornando posteriormente para concluir o encaminhamento do material. Afirmou, assim, que existiriam soluções possíveis, mas que seria necessário adotar as medidas adequadas e efetivamente executá-las. A Vereadora Tatiana criticou a falta de execução de medidas anteriormente discutidas, afirmando que uma Administração que simplesmente aceitasse todas as situações sem tomar decisões não conseguiria alcançar a eficiência esperada. Sustentou que a população era quem arcava diretamente com as consequências dos serviços que deixavam de ser prestados adequadamente e afirmou que continuaria fiscalizando e propondo soluções para que o Município voltasse a ser referência em limpeza pública. Reconheceu que São João Batista do Glória ainda era considerado um Município limpo, mas avaliou que já havia sido muito mais limpo anteriormente. O **Vereador Joel**, em aparte, retomou a questão do horário da coleta de lixo e explicou que, quando o serviço era realizado pela manhã, nem todos os moradores conseguiam colocar os resíduos antes da passagem do caminhão. Segundo relatou, em algumas situações, o veículo passava e, posteriormente, moradores que saíam para trabalhar deixavam as sacolas nas calçadas, fazendo com que o lixo permanecesse nas vias públicas. Em relação à UTC, informou que havia recebido manifestação dos trabalhadores da unidade no sentido de que, considerando a forma como o serviço vinha sendo realizado, a coleta no período noturno seria mais adequada para o trabalho desenvolvido por eles. A **Vereadora Tatiana**, em esclarecimento, ponderou que não havia afirmado que os

trabalhadores da UTC eram contrários à coleta no período noturno. Esclareceu que havia mencionado, de um lado, o pedido da população pela retomada da coleta pela manhã e, de outro, a preocupação apresentada pelos trabalhadores da UTC quanto à disponibilidade de material para iniciar o processo de separação caso a coleta fosse realizada nesse período. O **Vereador Joel** esclareceu que sua informação havia sido recebida diretamente dos trabalhadores da UTC naquele mesmo dia, os quais, segundo relatou, teriam afirmado que o atual horário noturno seria mais adequado às atividades desenvolvidas na unidade. Diante da divergência de informações, sugeriu a realização de uma reunião com os trabalhadores da UTC e, se possível, com representantes da população, para que as diferentes posições fossem apresentadas e, juntamente com a Administração Municipal, fosse encontrada uma solução consensual para a questão. A **Vereadora Tatiana** afirmou que a questão principal não seria estabelecer qual informação estaria correta, mas encontrar uma alternativa que atendesse simultaneamente à população, reduzisse a sujeira nas vias públicas e garantisse condições adequadas de funcionamento da UTC. Defendeu a necessidade de se chegar a um denominador comum e criticou a ausência de providências efetivas para solucionar o problema da coleta. Recordou, ainda, o trabalho desenvolvido anteriormente com o Secretário Wellington no âmbito da coleta seletiva, especialmente as ações de educação ambiental realizadas junto às famílias, escolas e comunidade, além das atividades promovidas em parceria com o Ministério Público. Reconheceu como positiva a atuação na área educacional, mas afirmou que, após essa etapa, não teria havido avanço suficiente na execução das demais medidas discutidas no Fórum do Lixo. Questionou, nesse contexto, a finalidade de todo o trabalho desenvolvido e dos recursos empregados na assessoria contratada para elaboração dos estudos e planejamento, caso as medidas propostas não fossem efetivamente executadas. O **Vereador Joel**, novamente em manifestação, propôs, como experiência, que a coleta de lixo fosse retomada no período da manhã durante quinze dias, para que fosse possível verificar se haveria redução das reclamações e da sujeira nas vias públicas. Afirmou que, caso a mudança não produzisse resultados satisfatórios, a medida poderia ser revista. A **Vereadora Tatiana** esclareceu que não pretendia transformar a questão em discussão pessoal, mas buscar uma solução para o problema da coleta de lixo. Afirmou que a situação deveria ser efetivamente enfrentada e que, diante dos problemas verificados, não seria possível permanecer sem providências. Relatou que, após o desgaste provocado pela situação, havia consultado o plano de trabalho apresentado pelo Prefeito Eder e, em sua avaliação, diversas propostas constantes do documento ainda não teriam sido executadas. Afirmou que os requerimentos apresentados pelos Vereadores, em sua maioria, tratavam de providências simples e necessárias, questionando a inexistência de uma planilha ou planejamento de execução que permitisse acompanhar as demandas encaminhadas pelo Legislativo. A Vereadora Tatiana defendeu que a Administração deveria superar a inércia e estabelecer fluxo efetivo para atendimento das demandas, evitando que um setor atribuisse a responsabilidade a outro sem que as providências fossem efetivamente realizadas. Afirmou que não pretendia atribuir a responsabilidade individualmente a qualquer pessoa, mas que caberia ao Prefeito, na condição de gestor eleito, conduzir a Administração e assegurar a execução das políticas públicas. Acrescentou que uma gestão eficiente não poderia se limitar ao controle financeiro ou à economia de recursos,

pois também seria necessário utilizar os recursos disponíveis para atender às necessidades da população. Nesse contexto, questionou a destinação dos valores obtidos com o leilão de sucatas realizado pelo Município e defendeu que parte desses recursos fosse empregada na aquisição de um novo caminhão de lixo, medida que, em sua avaliação, contribuiria significativamente para solucionar os problemas da coleta. Concluiu afirmando que seria necessário abandonar justificativas e adotar providências concretas. O **Presidente Renato** dirigiu questionamento ao secretário de infraestrutura, Wellington, acerca dos recursos destinados ao Município para aquisição de caminhão de lixo por indicação do Deputado Cássio Soares. Indagou se os valores já estariam disponíveis em caixa e mencionou a possibilidade de o montante destinado ao Município alcançar aproximadamente novecentos mil reais, abrangendo recursos para a aquisição do caminhão e outra destinação relacionada à área da saúde. Questionou, ainda, se o procedimento licitatório para aquisição do caminhão já estaria em andamento, ressaltando que a disponibilização de um segundo veículo poderia representar importante solução para os problemas relacionados à coleta de resíduos. A **Vereadora Tatiana** informou que vinha acompanhando o trabalho do Departamento de Licitações e afirmou que a estrutura interna da Prefeitura necessitava ser ampliada e reformulada. Relatou ter constatado grande quantidade de processos acumulados no setor, esclarecendo que, em sua avaliação, a demora não decorreria de falta de comprometimento ou eficiência dos servidores, mas da elevada quantidade de trabalho concentrada em uma estrutura que não disporia de pessoal suficiente. Defendeu, portanto, a criação de cargos e a ampliação da equipe responsável pelos procedimentos administrativos, especialmente nos setores de licitação e compras, como forma de conferir maior agilidade à execução das demandas e à utilização dos recursos públicos disponíveis. O **Presidente Renato** concordou com a necessidade de reestruturação do setor de licitações e observou que, assim como ocorria na Câmara, os procedimentos administrativos municipais envolviam diversas exigências legais e burocráticas. Destacou que os servidores do setor possuíam conhecimento técnico, mencionando, como exemplos, Rafael, Marcelo e Andresa, mas que a quantidade de processos e as exigências documentais demandavam tempo e pessoal suficiente para sua adequada tramitação. Ressaltou que grande parte das aquisições e contratações realizadas pela Administração dependia de procedimentos licitatórios, os quais exigiam planejamento, elaboração de documentos e observância dos prazos legais e das exigências dos órgãos de controle. Afirmou que o setor necessitava de mais servidores capacitados, inclusive mediante eventual utilização de estagiários ou profissionais que já possuíssem conhecimento da matéria, para que os processos pudessem tramitar com maior celeridade. Por fim, destacou que, em determinadas situações, os recursos financeiros já estavam disponíveis, mas a Administração permanecia impossibilitada de realizar a aquisição ou executar o serviço em razão da necessidade de conclusão do procedimento licitatório e do cumprimento dos respectivos prazos legais. Defendeu, assim, a adoção de medidas para reestruturar o setor e permitir que os recursos disponíveis fossem efetivamente convertidos em bens e serviços para a população. Sem mais oradores inscritos, o **Presidente** declarou encerrado o Grande Expediente e facultou a palavra ao Secretário Municipal de Infraestrutura, Sr. Wellington Aparecido dos Reis, inscrito na

Tribuna Popular. O Sr. **Wellington Aparecido dos Reis**, único inscrito, iniciou sua fala cumprimentando o Senhor Presidente, os Vereadores e Vereadoras e agradeceu pela oportunidade de se manifestar. Inicialmente, esclareceu que havia comparecido à Câmara para tratar especificamente do ocorrido com a coleta de lixo no sábado, ressaltando a preocupação da Administração com a divulgação de informações sem a devida apuração. Explicou que, diante da existência de diversas pessoas e setores envolvidos na prestação do serviço, havia optado por aguardar a obtenção de informações suficientes antes de realizar qualquer pronunciamento, destacando a responsabilidade que deveria acompanhar as manifestações públicas. Relatou que, até aquele momento, a Administração ainda estava averiguando as circunstâncias que haviam ocasionado o problema na coleta. Esclareceu que, no sábado, o caminhão havia iniciado o serviço mais cedo, praticamente no mesmo horário em que os coletores responsáveis pela formação das chamadas "bandeiras" iniciavam seus trabalhos. Informou que o caminhão havia percorrido os setores da cidade e recolhido as bandeiras que já estavam prontas, enquanto os demais coletores continuavam realizando a colocação dos resíduos nos pontos previstos, após o que o veículo havia retornado ao acampamento municipal. Informou que a apuração dos fatos estava sendo direcionada, principalmente, para a atuação do motorista responsável pelo veículo, ressaltando que o referido servidor não havia comparecido ao trabalho naquela data, embora ainda não tivesse conhecimento da justificativa apresentada para sua ausência. Acrescentou que a reunião realizada naquele dia com os servidores responsáveis pela coleta havia se prolongado, o que havia contribuído para o atraso no início da formação das bandeiras. O Secretário ressaltou que os próprios servidores haviam demonstrado insatisfação com o ocorrido, pois tinham consciência da responsabilidade inerente à coleta de resíduos e dos prejuízos causados à população quando o serviço não era executado regularmente. Informou que a Prefeitura já havia iniciado as providências necessárias, inclusive com o acionamento do setor jurídico, e que a apuração continuaria até que fosse possível identificar precisamente a causa do ocorrido, para que, posteriormente, fossem adotadas as medidas cabíveis. Destacou, ainda, a importância do trabalho desempenhado pelos garis e demais servidores responsáveis pela limpeza pública, aproveitando para cumprimentar aqueles que haviam participado da reunião e que, segundo relatou, permaneciam empenhados na execução do serviço. Ressaltou que não seria adequado que eventuais falhas individuais prejudicassem a avaliação de todo o grupo de trabalhadores, considerando que a maioria desempenhava suas funções de maneira satisfatória. O Secretário esclareceu, ainda, que o problema ocorrido não havia sido ocasionado por falta de caminhão, uma vez que o veículo estava disponível e havia caminhão reserva para eventual necessidade, conforme organização existente entre a equipe. Da mesma forma, informou que havia pessoas disponíveis para eventual substituição de servidores, mas que a situação ocorrida não havia sido prevista, especialmente em razão da conduta atribuída ao motorista, motivo pelo qual a Administração não estava preparada para aquela circunstância específica. Reiterou que, após a conclusão da apuração, seriam adotadas as providências necessárias, considerando os prejuízos provocados à comunidade. Na sequência, **esta Secretária** questionou o Secretário acerca do livro de ponto dos servidores da limpeza pública, mencionando que havia comparecido anteriormente, juntamente com a Vereadora

A Ordem por princípio

Tatiana, ao local onde deveria estar arquivado o documento, e indagou se já havia algum posicionamento a respeito. O **Sr. Wellington** informou que o livro de ponto já havia sido localizado, esclarecendo que não se encontrava diretamente em sua posse, mas estava arquivado na Secretaria responsável. Questionado sobre o local exato, informou que o documento estava no setor de Engenharia, sob responsabilidade de Sallyane, que realizava os respectivos lançamentos, acrescentando que a pasta havia sido localizada. **Esta Secretária** informou, então, que, juntamente com a Vereadora Tatiana, pretendia comparecer ao setor, no mais tardar na quarta-feira seguinte, para fiscalizar o livro de ponto. O **Secretário Wellington**, por sua vez, considerou positiva a fiscalização e, retomando a questão da coleta de lixo, manifestou concordância com a sugestão anteriormente apresentada pelo Vereador Cresio quanto à necessidade de melhoria na organização do serviço. Reconheceu que a coleta poderia ser aprimorada, especialmente mediante a disponibilização de mais equipamentos e eventual divisão dos setores da cidade, considerando que o Município havia crescido significativamente nos últimos anos. Afirmou que a ampliação da estrutura poderia proporcionar melhores condições de trabalho aos coletores e maior eficiência na execução do serviço. Ressaltou que a permanência das "bandeiras" nas vias públicas constituía um problema, especialmente em razão da presença de animais soltos, cuja circulação não poderia ser solucionada exclusivamente pela Administração. Dessa forma, destacou a necessidade de planejamento para adoção de outras formas de organização da coleta. Sobre a possibilidade de aquisição de novo caminhão, informou que, conforme havia tomado conhecimento, eventual recurso destinado especificamente a essa finalidade poderia depender de período adequado para utilização, mencionando que, caso houvesse impedimento decorrente do período eleitoral, a aquisição poderia ocorrer posteriormente. Ressaltou que, enquanto isso, seria necessário buscar alternativas para melhorar a organização das bandeiras e da coleta. **Esta Secretária** recordou que, após o leilão da sucata existente no acampamento municipal, havia sido arrecadado aproximadamente R\$ 500.000,00 e que ela própria havia defendido que os recursos fossem utilizados para a aquisição de um novo caminhão de lixo. Questionou se os valores permaneciam nos cofres públicos, uma vez que não havia identificado divulgação acerca de sua utilização, e afirmou que, caso os recursos estivessem disponíveis, poderiam ser empregados na aquisição do veículo, considerando que a necessidade já vinha sendo discutida há bastante tempo. O **Sr. Wellington** respondeu que, caso se tratasse de recurso com destinação específica, provavelmente os valores ainda estariam disponíveis, mas ressaltou que seria necessário verificar a situação. Em seguida, esclareceu questionamento relacionado ao chamado caminhãozinho vermelho, explicando que o veículo realizava, durante a semana, a coleta dos resíduos produzidos pelas varredoiras, especialmente folhas, galhos e demais resíduos verdes ensacados pelos próprios servidores. Acrescentou que, embora essa não fosse sua finalidade específica, o veículo também possuía autorização para recolher outros resíduos que eventualmente encontrasse durante o trajeto, como forma de colaborar com o serviço de limpeza. **Esta Secretária** solicitou, ainda, que o Secretário verificasse, junto ao encarregado Miguel, a situação relatada anteriormente acerca de uma moradora que teria tido o lixo proveniente da varrição colocado indevidamente em seu recipiente

particular. Ressaltou que considerava a situação grave e afirmou que ocorrências semelhantes já haviam sido registradas em mais de uma ocasião. O **Sr. Wellington** afirmou que poderia verificar a situação e solicitou, se possível, que fosse indicado o setor ou local específico da ocorrência, podendo as informações ser fornecidas de forma reservada. Em seguida, o **Vereador Cresio** aproveitou a oportunidade para relatar a situação de um ponto onde havia sido retirada uma caçamba de lixo, localizado nas proximidades da praça do Jardim Planalto. Informou que, após a retirada do equipamento, os resíduos haviam voltado a se acumular no local, tendo observado a situação nos dias anteriores. Defendeu que fosse providenciada a remoção daquele material, inclusive mediante utilização de caminhão e servidor para realizar o carregamento, considerando que o volume e o peso dos resíduos já impediam sua colocação nos sacos normalmente utilizados pelos coletores. O **Sr. Wellington** informou que havia passado pelo local naquele mesmo dia e constatado a existência de um grande acúmulo de resíduos. Reconheceu que o volume já era considerável e que a remoção manual seria difícil. O **Vereador Cresio** reiterou que o acúmulo havia aumentado progressivamente, mesmo após a retirada da caçamba, relatando que servidores responsáveis pela varrição também haviam solicitado providências. Ressaltou que, diante do peso e do volume do material, seria necessária a utilização de um veículo e de servidor para efetuar a retirada, acrescentando que o mau cheiro já estaria incomodando os moradores das proximidades. O **Sr. Wellington** explicou que a intenção da Administração, ao retirar aqueles pontos de descarte, era justamente impedir que continuassem sendo utilizados como locais permanentes para depósito de resíduos, uma vez que tais locais tendiam a concentrar materiais que os próprios moradores não desejavam colocar em frente às suas residências. Ressaltou que, enquanto existissem pontos dessa natureza, haveria tendência de aumento contínuo do descarte irregular. O **Vereador Cresio** observou que a existência de resíduos acumulados incentivava novos descartes, pois os moradores visualizavam o local como ponto autorizado para depósito. O **Sr. Wellington** concordou e acrescentou que a situação se agravava pela presença de cães, que espalhavam os resíduos pelas proximidades. O **Vereador Cresio** relatou, inclusive, já ter observado sacolas de lixo espalhadas pela praça em razão da ação dos animais. O **Secretário de Infraestrutura** informou que havia tratado do assunto naquela mesma tarde e que, provavelmente no dia seguinte, seria realizada a retirada do entulho acumulado. O **Presidente Renato** observou que a questão também envolvia a conscientização da população, uma vez que, mesmo após a retirada da caçamba ou do ponto de descarte, alguns moradores continuavam depositando resíduos no local. Ressaltou que a Administração deveria fazer sua parte, mas que a população também precisava colaborar para que o problema não se repetisse. Recordou, como exemplo, situação anteriormente relatada por esta Secretária, envolvendo o acúmulo de entulho nas proximidades da Rua Júlia Cândida de Jesus, com acesso pela Rua Teresina, cuja retirada havia sido providenciada rapidamente após solicitação. Na oportunidade, **esta Secretária** acrescentou que, em aproximadamente quinze minutos após a limpeza do local, havia recebido vídeo de uma moradora mostrando que novos resíduos já haviam sido descartados novamente. O **Presidente Renato** ressaltou que a solução do problema dependeria de atuação conjunta entre Administração e população. Cumprimentou, ainda, o Prefeito Eder, que havia chegado ao plenário naquele momento,

e destacou a importância de ações de conscientização quanto aos horários corretos para colocação do lixo nas vias públicas. Sugeriu, nesse sentido, a realização de campanha informativa, inclusive mediante utilização de veículo de divulgação volante, informando previamente os moradores acerca dos horários aproximados em que as bandeiras seriam formadas e em que o caminhão passaria por cada rua, de modo a reduzir o tempo de exposição dos resíduos e evitar a atuação dos animais. Na sequência, a **Vereadora Tatiana** observou que a Câmara já havia discutido a questão da divulgação e que o Município possuía licitação para propaganda volante. Ressaltou que, sem informação e conscientização da população, os problemas relacionados à limpeza pública poderiam permanecer durante todo o mandato, sem que houvesse solução definitiva. O **Presidente Renato** ponderou que a mudança de comportamento da população dependeria também de um processo contínuo de educação e conscientização, destacando a importância do trabalho realizado nas escolas. Ressaltou que as novas gerações demonstravam maior preocupação com a correta destinação dos resíduos, mas que seria necessário um período para que essa mudança cultural produzisse efeitos mais amplos. Defendeu, por isso, que os próprios moradores também atuassem na orientação de seus vizinhos quanto aos horários adequados para colocação do lixo. Ato contínuo, o **Vereador Danilo** dirigiu-se ao Secretário Wellington e afirmou que havia ficado inicialmente apreensivo ao ouvir que, mesmo após dois dias do ocorrido, a Administração ainda estava apurando os fatos. Contudo, considerou que, ao longo da manifestação, haviam sido apresentados elementos suficientes para compreender melhor as circunstâncias do ocorrido. Defendeu que a estrutura do serviço deveria contemplar planos alternativos para situações excepcionais, com a existência de plano B, plano C e outras possibilidades de contingência. Ressaltou que, embora se tratasse de apenas um dia sem coleta, a mesma lógica não poderia ser aplicada a serviços essenciais, como atendimento médico ou segurança pública, pois uma única interrupção já poderia causar graves consequências. O **Vereador Danilo** afirmou que o Município, por ser de pequeno porte, possuía condições de buscar soluções organizacionais de forma conjunta, destacando que a Câmara estava à disposição para aprovar e votar as medidas necessárias à melhoria dos serviços públicos. Ressaltou, ainda, o trabalho realizado pelo Legislativo na análise das matérias e na elaboração de pareceres fundamentados em prazo reduzido. Esclareceu que, quando havia defendido a necessidade de oferecer uma resposta à população, não pretendia que se atribuisse imediatamente responsabilidade a qualquer pessoa, mas que fossem fornecidas informações claras sobre o ocorrido, sobre a apuração em andamento e, principalmente, sobre quais providências seriam adotadas para garantir a continuidade da coleta. Destacou que a população precisava saber o que havia acontecido, por que havia acontecido e, principalmente, quando o serviço seria restabelecido, bem como quais medidas seriam adotadas caso ocorresse nova situação semelhante. Ressaltou que a comunicação eficiente com a população era fundamental, mencionando que, durante o episódio, haviam circulado informações diferentes entre sábado e domingo, o que dificultara a atuação dos próprios Vereadores no esclarecimento das dúvidas apresentadas pelos moradores. Defendeu, portanto, maior transparência na comunicação da Administração, tanto em situações relacionadas à coleta de lixo quanto nos demais serviços públicos. O **Vereador Danilo** também

retomou a discussão acerca do descarte irregular de resíduos e da necessidade de fiscalização, mencionando experiência observada em outro Município, onde havia previsão de multa para quem colocasse determinados materiais nas vias públicas em dias inadequados. Defendeu que medidas semelhantes fossem avaliadas no Município. Na sequência, destacou que a problemática da limpeza pública não se restringia ao episódio ocorrido com a coleta de lixo. Relatou que havia situações de terrenos cujas terras desciam para as vias públicas durante períodos de chuva, especialmente em áreas mais elevadas e em bairros como Maria do Vadico, aumentando significativamente o trabalho das equipes de limpeza. Defendeu que fossem adotadas medidas preventivas para impedir o carreamento de terra dos terrenos para as ruas, sugerindo, inclusive, que os proprietários fossem orientados ou obrigados a construir pequenas barreiras de contenção, como fileiras de tijolos, a exemplo do que havia observado em outros municípios. Ressaltou que tais providências poderiam reduzir o volume de material levado para as vias públicas e, conseqüentemente, a sobrecarga dos serviços de limpeza. Na sequência, a **Vereadora Tatiana** sugeriu ao Secretário Welington que procurasse o Sr. Ézio, responsável pelas discussões anteriores relacionadas ao Fórum do Lixo, para obter as informações e encaminhamentos já definidos acerca do caminhão vermelho adaptado para a realização da coleta seletiva. Considerou que, diante do volume de informações existentes nos estudos realizados anteriormente, seria mais eficiente buscar inicialmente com o responsável as medidas prioritárias e de curto prazo que poderiam ser implementadas. A Vereadora ressaltou, novamente, a importância da comunicação da Administração com a população. Citou como exemplo as interrupções no abastecimento de água, quando o SAAE divulgava previamente comunicados informando os bairros e horários afetados, permitindo que os moradores se organizassem e reduzindo a ansiedade da população. Afirmou que procedimento semelhante poderia ser adotado em relação à coleta de lixo, mediante comunicação simples e objetiva acerca de eventuais intercorrências, evitando a disseminação de informações desconstruídas e rumores. Defendeu, ainda, maior presença dos Secretários nos locais de trabalho e junto às equipes, pois, segundo avaliou, a realidade enfrentada diretamente pelos servidores poderia ser diferente daquela percebida apenas por meio das informações repassadas pelos responsáveis intermediários. Concluiu ressaltando que o Município não poderia permanecer estagnado e que seria necessário avançar na adoção de medidas concretas para solucionar os problemas identificados. Ao fazer uso da palavra, o **Vereador Henrique** cumprimentou o Prefeito Eder e dirigiu-se ao Secretário Welington, afirmando que havia inicialmente interpretado que a Administração ainda não tinha conhecimento do que havia ocorrido no sábado. Contudo, após os esclarecimentos prestados, entendeu que a coleta havia sido adiantada por iniciativa do motorista, sem que houvesse a devida coordenação com os demais procedimentos. O Vereador afirmou que, diante da necessidade de apresentação de soluções, sugeria a instalação de rastreadores nos caminhões responsáveis pela coleta de lixo. Explicou que, por meio do equipamento, seria possível acompanhar o momento em que o veículo fosse ligado, bem como sua localização e o percurso realizado, permitindo aos responsáveis pelo serviço verificar antecipadamente eventual saída fora do horário previsto e acompanhar a execução da rota. Ressaltou que o monitoramento também permitiria verificar o tempo de percurso, os locais em que o veículo havia parado e eventual alteração da rota, contribuindo para

A Ordem por princípio

o controle e a fiscalização do serviço e reduzindo a possibilidade de ocorrência de problemas semelhantes. Ato contínuo, **esta Secretária** solicitou, ainda, que o Secretário verificasse a situação de uma caçamba localizada na entrada de um condomínio, observada por ela e pela Vereadora Tatiana durante visita pela cidade. Relatou que o equipamento se encontrava em condições precárias, completamente cheio, com resíduos transbordando e forte mau cheiro, solicitando que fossem adotadas providências quanto ao local. Ao final, o **Presidente Renato** agradeceu a participação do Secretário Wellington, ressaltando que todos os esclarecimentos prestados eram importantes para a Câmara e para a população. Destacou que a reunião realizada pelo Poder Executivo com os servidores da coleta havia sido importante para esclarecer as circunstâncias do ocorrido e para estabelecer orientações quanto à continuidade do serviço. O Presidente Renato reiterou seu entendimento de que as cobranças dirigidas aos servidores não deveriam ser interpretadas como ofensa por aqueles que desempenhavam corretamente suas funções, ressaltando que o gestor precisava adotar medidas mais firmes quando necessário para garantir a continuidade dos serviços públicos. Afirmou que, para que houvesse melhorias, algumas providências precisariam ser tomadas de maneira mais enérgica, especialmente quando a situação exigisse correção imediata. Mencionou, ainda, manifestação divulgada nas redes sociais por cidadão identificado como Renato Cabelinho, que havia defendido a necessidade de mudanças para que as melhorias fossem efetivamente implementadas. O Presidente considerou positiva a disposição demonstrada pelos servidores em compreender as razões das alterações propostas e afirmou acreditar que, com diálogo, orientação e fiscalização, seria possível alcançar melhores resultados. Reforçou, por fim, a sugestão de realização de campanha de divulgação dos horários da coleta, considerando tratar-se de medida simples e de fácil implementação, que poderia contribuir para reduzir o tempo de permanência do lixo nas vias públicas. O **Secretário Wellington**, retomando a palavra, esclareceu que a Administração já havia iniciado estudos para realização de divulgação por meio de áudios e outros mecanismos de comunicação. Explicou, entretanto, que havia sido identificado um obstáculo operacional, uma vez que as segundas e terças-feiras apresentavam volume de resíduos significativamente maior, fazendo com que o caminhão realizasse a coleta em duas etapas. Dessa forma, os horários e rotas desses dias eram diferentes daqueles praticados de quarta-feira a sábado. Ressaltou que a Administração estava trabalhando na elaboração de uma forma de divulgação que não gerasse confusão entre os moradores, considerando a necessidade de informar adequadamente os diferentes horários e rotas. Reafirmou, contudo, que considerava necessária a realização da campanha de orientação à população. O **Secretário de Infraestrutura** também esclareceu, em relação à reunião realizada com os servidores, que o Prefeito Eder não havia adotado postura desrespeitosa ou áspera. Afirmou que havia participado pessoalmente do encontro e que, em sua avaliação, o Prefeito havia sido direto e objetivo ao tratar das questões que precisavam ser corrigidas, buscando ouvir também os servidores e compreender suas manifestações. Aproveitando o ensejo, o **Presidente Renato** relatou que havia conversado com duas servidoras que participaram da reunião e que ambas haviam confirmado que as orientações haviam sido apresentadas de forma clara, diretamente

aos servidores, e que as cobranças haviam sido dirigidas àqueles que precisavam ouvi-las. Ressaltou que, segundo as informações recebidas, havia sido deixado claro que o serviço deveria funcionar regularmente e que, caso algum servidor não estivesse disposto a cumprir suas atribuições, a Administração precisaria adotar as providências necessárias, pois os serviços públicos não poderiam ser interrompidos. O **Sr. Wellington** esclareceu que a reunião não havia chegado ao ponto de estabelecer ameaça direta de substituição de servidores, ressaltando que havia sido, sobretudo, uma conversa de alinhamento, na qual o Prefeito havia ouvido as reivindicações e preocupações dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, apresentado as necessidades da Administração. Considerou que o encontro havia sido positivo, pois permitira que os diferentes pontos de vista fossem apresentados e compreendidos. O **Presidente Renato** afirmou que aquele era o caminho que deveria ser seguido, destacando a importância do diálogo e da adoção das providências necessárias para solucionar os problemas identificados. Agradeceu novamente a presença do Secretário Wellington e ressaltou que a Câmara permanecia de portas abertas para recebê-lo, bem como os demais Secretários, o Prefeito e qualquer munícipe que desejasse prestar esclarecimentos ou apresentar questionamentos perante o Poder Legislativo. O **Secretário Wellington** agradeceu a oportunidade de participar da sessão e afirmou considerar importante acompanhar os trabalhos do Legislativo e observar as demandas apresentadas pela população. Elogiou a atuação dos Vereadores e declarou que pretendia continuar participando das reuniões sempre que possível, por considerar relevante o diálogo entre os Poderes e a comunidade. O **Presidente Renato** agradeceu novamente a presença do Secretário e considerou que os esclarecimentos prestados haviam contribuído para o entendimento dos Vereadores acerca do ocorrido com a coleta de lixo. Manifestou expectativa de que o problema estivesse solucionado e de que situações semelhantes não voltassem a ocorrer. Por fim, destacou a expressiva participação da população durante a sessão, registrando que o número de espectadores havia ultrapassado uma centena nas redes sociais, o que, em sua avaliação, demonstrava o interesse dos munícipes pelas discussões relacionadas às demandas reais do Município. Parabenizou o Prefeito Eder pela disponibilização do Secretário Wellington para prestar esclarecimentos à Câmara e agradeceu ao Secretário pela presença e pelos esclarecimentos apresentados, ressaltando a importância da transparência, do diálogo e do respeito entre o Poder Executivo, o Poder Legislativo e a população. Sem mais cidadãos inscritos, o **Presidente** declarou encerrada a Tribuna Popular e passou para a apreciação da **Ordem do Dia**, com a *primeira discussão do Projeto de Lei n.º 28/2026, que "Altera o art. 3º da Lei Municipal nº 1.687, de 12 de abril de 2023, para estender às taxas municipais referentes ao imóvel a isenção concedida aos portadores de Neoplasia Maligna (Câncer), e dá outras providências"*, de autoria do Vereador Cresio Costa. O **Vereador Cresio**, em discussão à matéria, esclareceu que a legislação municipal aprovada em 2023 já havia estabelecido a isenção do IPTU para as pessoas portadoras de Neoplasia Maligna (Câncer), porém permaneciam sendo cobradas as taxas municipais vinculadas ao imóvel. Explicou que o Projeto de Lei n.º 28/2026 tinha por finalidade complementar a legislação anteriormente aprovada, estendendo a isenção também às taxas municipais incidentes sobre o imóvel, de modo a assegurar que os beneficiários contemplados pela norma passassem a usufruir integralmente da isenção relacionada ao IPTU e às respectivas taxas. **Colocado**

A Ordem por princípio

em sua primeira votação, o Projeto de Lei n.º 28/2026 foi aprovado por unanimidade dos presentes. Na sequência, *deliberaram em primeiro turno do Projeto de Lei n.º 30/2026, que "Autoriza o Poder Executivo a efetuar o pagamento aos servidores públicos municipais dos valores correspondentes aos recursos financeiros recebidos do Hospital Alemão Oswaldo Cruz – HAOC, decorrentes da execução do Projeto 'Fortalecimento das ações de vigilância em saúde e ambiente para o enfrentamento de doenças tropicais negligenciadas (DTN) – PROADI-SUS', e dá outras providências", de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal.* Não houve discussão. **Colocado em sua primeira votação, o Projeto de Lei n.º 30/2026 foi aprovado por unanimidade dos presentes.** A seguir, iniciaram a *única discussão do Requerimento n.º 40/2026, de autoria da Vereadora Tatiana Cristina de Andrade Gonçalves, solicitando informações do Executivo Municipal sobre as providências para o recapeamento do trecho localizado aos fundos do Centro Esportivo Geraldo Rodrigues Ferreira, entre os imóveis n.º 410 e 458 da Rua Lico Martins, bem como para a retirada dos tocos e das raízes das árvores cortadas e a recuperação do calçamento danificado.* A **Vereadora Tatiana**, em discussão à matéria, solicitou que fossem exibidas as fotografias referentes ao local e destacou que a região do Centro Esportivo Geraldo Rodrigues Ferreira era bastante conhecida pela população, ressaltando possuir especial vínculo com aquele local, onde havia residido anteriormente. Quanto à retirada dos tocos de árvores, observou que a questão já havia sido objeto de requerimentos e manifestações de outros Vereadores, inclusive desta Secretária, do Vereador Alexandre e da Vereadora Brenda, especialmente no que se referia à acessibilidade no Município. A Vereadora Tatiana ressaltou, contudo, que os tocos existentes nas calçadas estavam se transformando em pontos de acúmulo de resíduos e lixo, agravando a situação da limpeza urbana. Afirmou que se tratava de uma providência de execução aparentemente simples, que poderia ser incluída no cronograma de trabalho da infraestrutura municipal, mediante a retirada dos tocos, das raízes e a recuperação integral das calçadas. Acrescentou que o trecho específico da Rua Lico Martins apresentava significativo grau de deterioração e que o Município dispunha de estrutura e mão de obra para a execução dos serviços, mencionando a existência de fábrica de blocos e destacando, ainda, o trabalho realizado pelo servidor Emanuel, recentemente homenageado pela Câmara por sua atuação de excelência. Considerou, portanto, contraditório que o Município dispusesse dos materiais e da mão de obra necessários enquanto determinadas vias permaneciam em condições inadequadas. A Vereadora Tatiana recordou que, no período em que residia naquela região, o entorno do centro esportivo era bem cuidado, com canteiros conservados e aspecto organizado. Observou que, atualmente, os canteiros se encontravam tomados por entulhos e apresentavam ausência de vegetação e de manutenção, além de mencionar que o próprio Centro Esportivo necessitava de intervenções. Reconheceu a existência de projeto destinado à reforma do espaço, mas questionou quando as medidas previstas seriam efetivamente executadas. Defendeu que a Administração Municipal desse maior atenção às demandas apresentadas pelos moradores e que fossem adotadas providências concretas para o recapeamento da via, a retirada dos tocos e a recuperação das calçadas. Afirmou que, caso não fossem tomadas as providências necessárias, os próprios Vereadores poderiam acabar tendo que organizar

um mutirão para solucionar problemas dessa natureza, citando, como exemplo, a necessidade de intervenção nas calçadas da quadra da Cohab. A Vereadora Tatiana ressaltou que os Vereadores não possuíam poder de execução, mas exerciam as funções de fiscalização e cobrança, atribuições que, segundo afirmou, estavam sendo cumpridas pelos membros da Câmara. Destacou que os Vereadores percorriam diferentes regiões do Município, tanto a zona urbana quanto a zona rural, identificando problemas e apresentando propostas de solução de acordo com as demandas observadas. Enfatizou que a apresentação de requerimentos e cobranças pelo Poder Legislativo não deveria ser interpretada como afronta ao Poder Executivo, mas como forma de levar à Administração aquilo que era solicitado pela população. Afirmou que os Vereadores continuariam exercendo seu papel, independentemente de eventual descontentamento ou resistência às cobranças, uma vez que haviam sido eleitos para representar a população e deveriam desempenhar suas atribuições com responsabilidade e excelência. Ao final, solicitou que os serviços relativos ao local fossem incluídos no cronograma de execução da infraestrutura municipal, de modo que as demandas fossem efetivamente retiradas do papel. Defendeu a adoção de um acompanhamento sistemático das solicitações, com o devido registro das providências executadas e daquelas que ainda necessitassem de retorno, evitando que requerimentos e projetos permanecessem sem encaminhamento ou fossem esquecidos pela Administração. Reiterou seu pedido de apoio à matéria e de efetiva atenção às demandas apresentadas. **Esta Secretária**, em manifestação sobre o requerimento, lembrou que a matéria relacionada àquele local já havia sido apresentada por ela à Câmara e que, no mês de fevereiro, completaria dois anos desde sua apresentação, sem que, segundo relatou, as providências solicitadas tivessem sido efetivamente executadas pelo Poder Executivo. Observou que o Secretário Municipal de Infraestrutura, Sr. Welington Aparecido dos Reis, havia participado da sessão momentos antes, assim como o Prefeito Eder, mas ambos haviam se retirado antes do encerramento dos trabalhos. Manifestou seu entendimento de que seria importante que permanecessem até o final da reunião, especialmente para acompanhar a discussão daquele requerimento e tomar conhecimento das cobranças apresentadas pelos Vereadores. Esta Secretária ressaltou, ainda, a gravidade da situação dos tocos de árvores existentes nas calçadas, relatando ter recebido diversos relatos de pessoas idosas que haviam tropeçado nos obstáculos, ocasionando quedas e ferimentos, inclusive com sangramento no nariz e na boca. Considerou que a situação já deveria ter sido solucionada, diante do tempo transcorrido desde a apresentação do requerimento, e reforçou a necessidade de adoção de providências pelo Poder Executivo para garantir a segurança e a acessibilidade dos pedestres. **Colocado em sua única votação, o Requerimento de n.º 40/2026 foi aprovado por unanimidade dos presentes.** Continuando, *deliberaram em único turno o Requerimento n.º 41/2026, de autoria da Vereadora Tatiana Cristina de Andrade Gonçalves, solicitando que o Executivo Municipal, informações do Executivo Municipal sobre a possibilidade de aquisição e instalação de equipamento recreativo com saída de água, do tipo cogumelo aquático ou similar, na piscina infantil do Centro Esportivo Geraldo Rodrigues Ferreira.* A **Vereadora Tatiana**, em discussão à matéria, solicitou a exibição de imagens do equipamento objeto do requerimento, a fim de possibilitar que os presentes visualisassem a proposta. Destacou que se tratava de equipamento de instalação simples e de custo relativamente baixo,

considerando os benefícios que poderia proporcionar às crianças e às famílias que utilizassem o espaço esportivo e de lazer. A Vereadora ressaltou que, diante das dificuldades atualmente enfrentadas pelos Municípios para obtenção de recursos externos destinados à execução de grandes obras, seria necessário buscar o melhor aproveitamento das estruturas públicas já existentes. Observou que, embora São João Batista do Glória fosse um Município de pequeno porte, possuía equipamentos e estruturas que poderiam ser mais bem utilizados pela população, citando o Centro Esportivo Geraldo Rodrigues Ferreira como um desses espaços. Informou que o equipamento recreativo do tipo cogumelo aquático teria custo aproximado de R\$ 6.000,00, sendo necessário considerar, além da aquisição, os custos de instalação e de eventual reforma da piscina infantil. Estimou que, mesmo com as intervenções necessárias, o investimento total poderia alcançar aproximadamente R\$ 30.000,00 a R\$ 35.000,00, valor que considerou razoável diante do benefício proporcionado ao lazer das crianças. Defendeu, ainda, que o espaço do Centro Esportivo fosse revitalizado de forma mais ampla, com a retomada do funcionamento do denominado "Poli Bar", a melhoria do entorno da piscina, a instalação de cadeiras e espaços de convivência, a criação de atividades recreativas e a recuperação das quadras esportivas. Manifestou, inclusive, a ideia de que, futuramente, a área pudesse receber uma estrutura semelhante a um pequeno parque aquático, a exemplo de equipamentos existentes em cidades de maior porte. A Vereadora Tatiana ressaltou que a revitalização do local contribuiria para movimentar o espaço público, proporcionando opções de lazer e convivência à população e, especialmente, oferecendo às crianças alternativas de atividades ao ar livre, contribuindo para que passassem menos tempo utilizando aparelhos celulares. Considerou que iniciativas dessa natureza poderiam conferir nova utilização ao espaço e estimular a população a frequentar os equipamentos públicos do Município. **Esta Secretária**, em aparte, concordou com a necessidade de revitalização do local e lembrou que, no mês de março, completaria dois anos desde a apresentação de requerimento de sua autoria solicitando o retorno do funcionamento do estabelecimento denominado "Poli Bar", à semelhança do que ocorria anteriormente. Ressaltou que, até aquele momento, a solicitação permanecia sem atendimento, mencionando que se tratava de mais um requerimento apresentado por ela que, segundo relatou, permanecia sem execução pelo Poder Executivo. A **Vereadora Tatiana**, retomando a palavra, afirmou que deveria ter apresentado também uma imagem da proposta que imaginava para a área das quadras esportivas, ressaltando que a revitalização daquele espaço poderia ser realizada de maneira planejada e compatível com os recursos disponíveis. Mencionou, ainda, a existência de aproximadamente R\$ 2 milhões decorrentes da desafetação de trecho da rodovia que havia passado à condição de avenida, observando que, conforme seu entendimento, tais recursos deveriam ser destinados a investimentos em infraestrutura. Considerou que parte desse montante poderia ser utilizada para melhorias no Centro Esportivo, sugerindo, a título de exemplo, o investimento de aproximadamente R\$ 500.000,00 na revitalização do espaço. A Vereadora Tatiana defendeu que o local pudesse se transformar em um ambiente de convivência e lazer, no qual as famílias pudessem permanecer enquanto as crianças utilizassem a piscina e as demais estruturas esportivas. Observou que o Município possuía potencial turístico,

mas que, em sua avaliação, o turismo local ainda apresentava custos elevados para parcela da própria população, razão pela qual seria necessário também criar alternativas de lazer acessíveis nos espaços públicos municipais. Ressaltou que a Administração deveria trabalhar com projetos compatíveis com sua capacidade financeira, não sendo necessário elaborar somente grandes projetos de elevado custo. Defendeu que, se determinado investimento maior não fosse viável, seria possível estruturar uma proposta de menor porte e executá-la dentro dos recursos disponíveis, citando como exemplo um projeto de aproximadamente R\$ 300.000,00. Por fim, a Vereadora Tatiana enfatizou que, além da elaboração dos projetos, seria indispensável haver disposição e vontade política para colocá-los em prática. Afirmou que um projeto somente produziria resultados quando efetivamente retirado do papel e executado, defendendo que a Administração Municipal deveria buscar transformar as propostas em ações concretas em benefício da população. **Colocado em sua única votação, o Requerimento de n.º 41/2026 foi aprovado por unanimidade dos presentes.** Na sequência, passaram para a *única discussão do Requerimento n.º 42/2026, de autoria da Vereadora Tatiana Cristina de Andrade Gonçalves, solicitando informações e documentos do Executivo Municipal referentes à contratação do responsável pela elaboração e atualização do LTCAT e dos demais documentos relacionados à saúde e à segurança dos servidores municipais, incluindo o contrato vigente, os laudos produzidos, a periodicidade das avaliações e a relação das visitas realizadas nos locais de trabalho.* Em discussão da matéria, a **Vereadora Tatiana** justificou a proposição em razão dos questionamentos surgidos durante as discussões sobre o projeto de insalubridade, especialmente quanto à identificação do responsável pelos laudos, à forma de sua elaboração e à realização de visitas aos locais de trabalho. Relatou que diversos servidores afirmaram não ter conhecimento da presença do profissional nos departamentos e destacou que, em seus dezesseis anos de trabalho no Município, também não havia tido contato com o referido profissional. Ressaltou que o requerimento tinha como objetivo esclarecer como os laudos eram elaborados, a periodicidade das avaliações e os locais efetivamente vistoriados, contribuindo para maior transparência e para a confiança dos servidores quanto à regularidade dos procedimentos adotados. **Colocado em sua única votação, o Requerimento de n.º 42/2026 foi aprovado por unanimidade dos presentes.** Em seguida, *continuaram com a única discussão do Requerimento n.º 43/2026, de autoria do Presidente desta Casa Legislativa, Vereador Renato Mayer Cruz, solicitando informações e documentos do Executivo Municipal para verificar a existência de fundamento legal para a função gratificada de Diretor Adjunto do SAAE, para a designação realizada pela Portaria n.º 18/2026 e para a substituição do Secretário Executivo, bem como esclarecimentos sobre a composição da Comissão de Contratação e a aplicação das Leis Complementares n.º 98/2023 e n.º 108/2025 ao SAAE.* Em discussão, o **Presidente Renato** esclareceu que o requerimento foi apresentado em razão de denúncias recebidas por meio do e-mail institucional da Câmara Municipal, relacionadas ao SAAE, cabendo à Presidência promover a devida apuração dos fatos. Informou que, após orientação do Assessor do Legislativo Paulo César, entendeu-se pela necessidade de formalizar a solicitação de documentos ao Poder Executivo, a fim de obter respostas fundamentadas e devidamente documentadas. O Presidente ressaltou que as denúncias também teriam sido

A Ordem por princípio

encaminhadas ao Ministério Público, motivo pelo qual a Câmara não poderia permanecer inerte diante dos fatos comunicados. Esclareceu que os requerimentos tinham como finalidade exclusiva a obtenção da documentação necessária para verificar a procedência das denúncias e a eventual existência de irregularidades. Por fim, informou que, após o recebimento das respostas, as informações seriam apresentadas aos Vereadores, à população e aos solicitantes, considerando que a denúncia havia sido encaminhada de forma anônima, e que a matéria seria posteriormente analisada pelas comissões competentes, às quais caberia discutir os documentos recebidos e emitir os respectivos pareceres. **Colocado em sua única votação, o Requerimento de n.º 43/2026 foi aprovado por unanimidade dos presentes.** Por fim, deliberaram em *único turno o Requerimento n.º 44/2026, de autoria do Presidente desta Casa Legislativa, Vereador Renato Mayer Cruz, solicitando informações e documentos do SAAE para verificar a regularidade da designação e dos atos praticados pelo Diretor Adjunto, os valores pagos em razão da Portaria n.º 18/2026, a designação e a atuação dos servidores que exercem funções gratificadas nas contratações públicas, bem como a responsabilidade pelas atividades contábeis e financeiras da autarquia e os respectivos custos.* Não houve discussão. **Colocado em sua única votação, o Requerimento de n.º 44/2026 foi aprovado por unanimidade dos presentes.** Antes de encerrar a sessão, o Presidente encaminhou o **Projeto de Lei n.º 31/2026**, que "Dispõe sobre a 7ª Alteração do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal da Serra da Canastra, Alto São Francisco e Médio Rio Grande – CICANASTRA e autoriza alteração do Estatuto para modificar o prazo de mandato do Presidente do Consórcio e dá outras providências", de autoria do Chefe do Poder Executivo e apresentado para tramitação em regime de extrema urgência, à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, à Comissão de Finanças e Orçamento e à Comissão de Educação, Saúde e Assistência, para análise e emissão dos respectivos pareceres. Nada mais havendo a tratar, o **Presidente** declarou encerrada a sessão e convocou os vereadores para a 82.ª (octogésima segunda) Sessão Ordinária a ser realizada no dia 08 (oito) de setembro de 2026, segunda-feira, às 19h. Eu, _____, Secretária Geral, **Gleds da Fonseca**, mandei lavrar esta ata que será assinada após a sua aprovação.

Presidente Renato Mayer Cruz.

Tatiana C. de A. Gonçalves

Renato Mayer Cruz *Gleds da Fonseca* *Tatiana C. de A. Gonçalves*